



**OF./GB JAGUARÁ MACHADO FEU Nº 03/2026**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES/ES**

**JAGUARÁ MACHADO FEU**, Vereador nesta Egrégia Casa de Leis, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, no uso de suas atribuições legais, **REQUERER** que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

- Que o Prefeito Municipal determine o imediato cumprimento, no âmbito do Município de Linhares, da Lei Federal nº 15.326/2026, sancionada em 07 de janeiro do corrente ano, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei do Piso do Magistério, assegurando que docentes que atuam em creches e pré-escolas, independentemente da nomenclatura do cargo que ocupam, tenham direito ao piso salarial nacional do magistério e ao enquadramento nos planos de carreira da educação.

**JUSTIFICATIVA**

A Lei Federal nº 15.326/2026 veio para corrigir distorções históricas e garantir a valorização efetiva dos profissionais da educação infantil, assegurando que os docentes que atuam em creches e pré-escolas sejam reconhecidos como integrantes do magistério, com direito ao piso salarial nacional e à progressão funcional nos planos de carreira.

Entretanto, até o presente momento, verifica-se que o Município de Linhares ainda não promoveu a plena adequação de sua legislação, atos administrativos e planos de carreira à nova legislação federal, o que pode resultar em prejuízos diretos aos profissionais da educação, insegurança jurídica e possível responsabilização do ente público por omissão.



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 3300320038003500360034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020

@jaguaradasaude

jaguaradasaude

jaguaradasaude@camaralinhaires.es.gov.br



Ressalte-se que a educação infantil constitui etapa fundamental da educação básica, sendo imprescindível a valorização de seus profissionais para garantir a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral das crianças, conforme preconiza a Constituição Federal.

Diante disso, é dever do Poder Executivo Municipal adotar as medidas administrativas e normativas necessárias à implementação da Lei Federal nº 15.326/2026, assegurando a efetivação dos direitos nela previstos no âmbito do Município de Linhares.

Diante do exposto, solicitamos que os órgãos competentes adotem as medidas necessárias para atender a esta demanda, de caráter urgente e de relevante interesse público.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Linhares/ES, 15 de janeiro de 2026.

JAGUARÁ MACHADO FEU

Vereador



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300320038003500360034003A005000

Assinado eletronicamente por **JAGUARÁ MACHADO FEU** em 19/01/2026 13:50

Checksum: **3E60246282B96FC2584DA441136DC152644EDE2DA773494B2349E4B83EA65A50**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3300320038003500360034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.